



Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª RF
Divisão de Programação e Logística

Prezados (as) Senhores (as):

Visando eventual necessidade de comunicação direta entre esta Superintendência e as interessadas em participar da presente licitação, solicitamos preencher e enviar os dados do Termo de Recebimento do Edital pela Internet para o e-mail: salic.pr@rfb.gov.br

O não envio dos dados eximirá a Administração de responsabilidade de comunicação direta de eventos relacionados ao procedimento licitatório até a data da sessão de abertura, ressalvada a obrigatoriedade, pela legislação de regência, de sua publicação na Imprensa Oficial e/ou em jornal de grande circulação.

Senhores licitantes, tendo em vista a situação trazida pela pandemia do novo Coronavírus – COVID19, reforçamos a possibilidade do envio dos documentos pelo correio **conforme item 2.3** e informamos que a sessão pública será transmitida pela internet em link a ser divulgado na página da Tomada de Preços SRRF09 nº 01/2022 em <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-br/2019/unidades-federativas-uf/pr/srrf09/2022/tomada-de-precos-srrf09-no-01-2022>, e também que, após a abertura dos envelopes, toda a documentação referente à habilitação e às propostas das licitantes será digitalizada e colocada no mesmo endereço, para transparência e para possibilitar a consulta sem necessidade de comparecimento presencial.

Comissão Especial de Licitação

**TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL PELA INTERNET
TOMADA DE PREÇOS SRRF09 Nº 01/2022**

OBJETO: A escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de Pessoa Jurídica do ramo de engenharia e/ou arquitetura para elaboração de Projeto Básico Completo de conservação e manutenção de edifício, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

NOME EMPRESARIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

NOME PARA CONTATO:

TELEFONE:

E-MAIL:

Recebemos, da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 09ª Região Fiscal, nesta data, cópia do Edital da licitação acima identificada.

_____, ____ de _____ de 2022.

NOME e ASSINATURA



Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª RF
Divisão de Programação e Logística

TOMADA DE PREÇOS SRRF09 nº 01/2022

DOCUMENTOS EXIGÍVEIS PARA O CERTAME

Alerta-se que a falta de qualquer destes documentos, assim como sua inclusão em envelope diverso daquele determinado neste Edital, ensejará a desclassificação da licitante.

ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, FORA DOS ENVELOPES

- Carta de Credenciamento do Representante da Licitante – conforme ANEXO II deste Edital
- Documento de Identidade (RG ou CNH) do Representante – cópia simples, com a apresentação do original para verificação.

DENTRO DO ENVELOPE nº 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – Capítulo 7

- Atestado de Vistoria Prévia, conforme ANEXO IIIa OU Declaração de Conhecimento do Local, conforme ANEXO IIIb, ambos deste Edital
- Declarações Exigíveis para o Certame, conforme ANEXO IV deste Edital
- Documentos que comprovem as condições elencadas no item 7.4 deste Edital
- Documentos que comprovem as condições elencadas no item 7.5 deste Edital
- Documentos que comprovem as condições elencadas no item 7.6 deste Edital
- Documentos que comprovem as condições elencadas no item 7.7 deste Edital
- Declaração de Responsabilidade Técnica, conforme ANEXO V deste Edital
- Indicação dos Integrantes da Equipe Técnica, conforme ANEXO VI deste Edital

DENTRO DO ENVELOPE nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA – Capítulo 8

- Proposta Técnica, conforme ANEXO VII deste Edital

DENTRO DO ENVELOPE nº 3 – PROPOSTA DE PREÇOS – Capítulo 9

- Proposta de Preço, conforme ANEXO VIII deste Edital
- Composição do BDI, conforme ANEXO IX deste Edital
- Orçamento Sintético, conforme ANEXO X deste Edital
- Cronograma Físico-Financeiro, conforme ANEXO XI deste Edital

ATENÇÃO - os arquivos digitais estão disponíveis no endereço:

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-br/2019/unidades-federativas-uf/pr/srrf09/2022/tomada-de-precos-srrf09-no-01-2022>

MINUTA DO EDITAL PARA TOMADA DE PREÇOS SRRF09 nº 01/2022

SERVIÇO NÃO COMUM DE ENGENHARIA

(Processo Administrativo nº10905.720078/2022-28)

Torna-se público que a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal, por meio da Divisão de Programação e Logística – Seção de Licitações, sediada na Rua Marechal Deodoro nº 555 - 10º andar – Centro – Curitiba/PR, realizará licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo TÉCNICA E PREÇO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto n. 7.983, de 08 de abril de 2013, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de junho de 2018 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

PORTARIA SRRF09 nº 456/2022 – COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES

Data da sessão: 28 de novembro de 2022

Horário: 10:00 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete da SRRF09, 10º andar do Edifício-Sede

Critério de Julgamento: **TÉCNICA E PREÇO**

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global – para cada um dos itens do certame

1. DO HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E AS PROPOSTAS

1.1. Até às 9:30 horas, do dia 28 de novembro de 2022, no endereço Rua Marechal Deodoro, 555 – 10º andar, **para entrega dos Envelopes de nº 01, com os documentos de habilitação e declarações complementares, de nº 02, com a proposta técnica, e de nº 3, com a proposta de preços.**

2. DO HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. Às 10:00 horas, do dia 28 de novembro de 2022, Sala de Reuniões do Gabinete da SRRF09, 10º andar do Edifício-Sede, localizado no endereço Rua Marechal Deodoro, 555, terá início a sessão pública, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a realização de consulta “on line” ao SICAF.

2.2. **Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e às propostas técnica e de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:**

ENVELOPE Nº 1

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022

(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

(CNPJ)

ENVELOPE Nº 2

PROPOSTA TÉCNICA

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022

(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

(CNPJ)

ENVELOPE Nº 3

PROPOSTA DE PREÇOS

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2022

(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

(CNPJ)

2.3. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos envelopes, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 1 deste Edital e conter os três envelopes acima mencionados, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para abertura da sessão pública.

3. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

3.1.1. **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.1.2. **Representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

3.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

3.3. O ANEXO III deste Edital traz o modelo para a Carta de Credenciamento do Representante, **devendo ser entregue fora do envelope nº 01 – Documentos de Habilitação**, pelo representante da licitante, devidamente identificado como tal, antes da abertura da sessão pública.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de Pessoa Jurídica do ramo de engenharia e/ou arquitetura para elaboração de Projeto Básico Completo de conservação e manutenção de edifício, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

4.2.1. **ITEM 01** – Sede Administrativa da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí/SC

Unidade	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí/SC – ALF-ITJ/SRRF09
Local	Rua Pedro Ferreira, 34. Centro. Itajaí - SC
Área envolvida	805,50 m ²
Custo de Referência do Projeto	R\$ 90.841,45 (noventa mil, oitocentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos)
Prazo de execução	196 dias
Regime de execução	Empreitada por preço global
Custo/m²	R\$ 112,77/m ²

4.2.2. **ITEM 02** – Sede Administrativa da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá/PR

Unidade	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá/PR – SRRF09/ ALF-PGA
Local	Rua Coronel José Lobo, 2.300. Bairro Dom Pedro II, Paranaguá - PR
Área envolvida	1.413,00 m ²

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª RF
Divisão de Programação e Logística

Custo de Referência do Projeto	R\$ 164.956,19 (cento e sessenta e quatro mil e novecentos e cinquenta e seis reais e dezenove centavos)
Prazo de execução	196 dias
Regime de execução	Empreitada por preço global
Custo/m²	R\$ 116,75/m²

4.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

4.4. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução indireta por empreitada por preço global.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas para atender aos itens desta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

- 5.1.1. Gestão/Unidade: 00001 - Tesouro / 170156 - SRRF09
- 5.1.2. Fonte: 0132251030
- 5.1.3. Programa de Trabalho Resumido: 171539
- 5.1.4. Elemento de Despesa: 4.4.90.51-80 – Estudos e Projetos
- 5.1.5. Plano Interno: OBS

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação

6.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.3. **Não poderão participar desta licitação:**

- 6.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 6.3.2. que não atendam às condições destes Edital e seus anexos;
- 6.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 6.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 6.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 6.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

6.3.6.1. Esta vedação se justifica considerando que nas contratações de serviços semelhantes é comum a participação de empresas de pequeno e médio portes, as quais, geralmente, apresentam a qualificação técnica e econômico-financeira para a execução dos contratos;

6.3.6.2. A constituição de consórcios é utilizada quando da geração de contratos de grande vulto e/ou alta complexidade técnica, quando uma única empresa não é capaz de prestar todos os serviços constantes do objeto, o que, claramente, não é o caso da contratação pretendida, considerando o exposto no subitem anterior.

6.3.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

6.3.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

6.4. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

6.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

6.5. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

7. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE nº 1

7.1. **O licitante cadastrado, ou não, no SICAF, deve inserir no envelope nº 01**, dos documentos de habilitação e das condições de participação, as declarações complementares que consistem nos seguintes documentos:

7.1.1. de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, caso opte por usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

7.1.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração impedirá o prosseguimento no certame;

7.1.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.1.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

7.1.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.1.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução

Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

7.1.5. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.1.6. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, caso opte pelo benefício previsto no art. 3º, § 2º, inciso V, da Lei nº 8.666/1993.

7.1.7. que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999.

7.1.8. **Poderá ser utilizado o modelo do ANEXO IV deste Edital para suprir estas declarações.**

7.2. **A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.**

7.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar, no envelope nº 1, a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.

7.3.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

7.4. **Habilitação Jurídica:**

7.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.4.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.4.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.4.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.4.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.4.7. No caso de exercício de atividade de Arquitetura e Urbanismo e/ou Engenharia: certidão de registro de pessoa jurídica emitida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, nos termos do art. 1º da Resolução CAU nº 28, de 6 de julho de 2012 e/ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, nos termos da Resolução CONFEA nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019.

7.4.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.5. Regularidades Fiscal e Trabalhista:

7.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.5.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.5.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

7.5.6.1. caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.6. Qualificação Econômico-Financeira:

7.6.1. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

7.6.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.6.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.6.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.6.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

7.6.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.6.4. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

7.7. Qualificação Técnica:

7.7.1. A qualificação técnica necessária para habilitação da proponente, se constituirá no atendimento dos requisitos a seguir, visando garantir o cumprimento dos serviços a contratar.

a) A licitante deverá possuir registro ou inscrição no CREA ou CAU, comprovado por **certidão de registro de pessoa jurídica emitida pelo órgão competente** da jurisdição de origem da empresa, em nome desta.

b) Comprovação de que tomou conhecimento das informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, por meio do **Atestado de Visita Técnica** ou **Declaração de Ciência das Condições Locais**, conforme estabelece o **item 2.6** do Projeto Básico, conforme ANEXO III.a OU ANEXO III.b deste Edital.

c) **Indicação da Equipe Técnica de Nível Superior**, relacionando os profissionais que irão executar e assumir a responsabilidade técnica pelos serviços que integram o presente objeto. Os responsáveis indicados neste rol também serão os profissionais cujos atestados serão computados para fins da capacitação técnica profissional, mencionada na alínea **e** abaixo, bem como aqueles computados para o cálculo da Nota Técnica, conforme item 2.8.3 do Projeto Básico, conforme ANEXO VI deste Edital. Deverá ser indicado somente um profissional para cada área de responsabilidade técnica, porém um mesmo profissional poderá ser responsável por mais de um projeto.

d) Apresentar **Certidão de Registro de Pessoa Física** emitida pelo CREA ou CAU, da jurisdição do domicílio do profissional, em nome de cada integrante da Equipe Técnica de Nível Superior mencionada na alínea anterior, com habilitação para a execução do projeto para o qual foi indicado como responsável técnico. Esta certidão será dispensada caso o nome do profissional conste como responsável técnico na certidão de registro de pessoa jurídica do licitante.

e) Comprovar **Capacidade Técnica Profissional**, que é a comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissionais de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentores de Atestado de Responsabilidade Técnica registrado no CREA ou CAU e acompanhado de CAT (CREA) ou RAT (CAU), comprovando terem os profissionais executado para pessoa jurídica de direito público ou privado, que **não o próprio licitante** (CNPJ diferente), os seguintes serviços:

i.	Coordenação e Compatibilização de Projetos de Engenharia
----	--

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª RF
Divisão de Programação e Logística

ii.	Projeto Arquitetônico de intervenção em edifício de interesse histórico.
iii.	Projeto de Rede Elétrica de baixa tensão
iv.	Projeto de Ar-Condicionado

f) Comprovar **Capacidade Técnica Operacional**, mediante apresentação de até três Atestados de Responsabilidade Técnica, registrados no CREA/CAU e acompanhados de CAT/RAT, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que **não o próprio licitante** (CNPJ diferente), em nome de profissional vinculado à licitante na época da execução do serviço, onde fique comprovada sua experiência anterior conforme quadro abaixo:

i.	Coordenação e Compatibilização de Projetos de Engenharia	400,00 m²
ii.	Projeto Arquitetônico de intervenção em edifício de interesse histórico.	400,00 m²

7.7.2. Os profissionais detentores dos atestados apresentados para habilitação, obrigatória e efetivamente, deverão participar como responsáveis técnicos pela execução dos serviços durante todo o período contratual até o recebimento definitivo.

7.7.3. As certidões de registro no CREA/CAU e Certidões de Acervo Técnico (CAT), emitidas via Internet, somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação.

7.7.4. Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, atestados de capacidade técnica fornecidos pelo próprio licitante.

7.7.5. Para fins desta licitação, considera-se Coordenação e Compatibilização de Projeto o trabalho de gerenciar equipe multidisciplinar e suas respectivas atividades técnicas, bem como compatibilizar o projeto arquitetônico e os demais projetos a ele complementares, necessários à construção/intervenção em edificações. Os atestados para comprovação da atividade de coordenação de projeto devem se referir a projetos para construção ou reforma que contemplem **simultaneamente** os seguintes projetos: arquitetura, instalações elétricas, de dados e de ar condicionado. As seguintes tipologias são excluídas para a comprovação que se pretende, uma vez que sua complexidade técnica e funcional é completamente diversa do objeto deste Projeto Básico: posto de gasolina e assemelhados e galpões industriais.

7.7.6. A comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- SÓCIO: Cópia do Contrato Social devidamente registrado no órgão competente e sua última alteração;
- DIRETOR: cópia do Contrato Social em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- EMPREGADO: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Contrato de Trabalho em vigor;
- RESPONSÁVEL TÉCNICO: cópia da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA/CAU onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico da empresa;
- PROFISSIONAL CONTRATADO: contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil.

7.7.7. A indicação de equipe técnica de que trata a **alínea c**, acima, será efetuada conforme modelo abaixo, contendo nome completo, título profissional, número de registro no CREA ou

CAU, disciplina pela qual será o responsável técnico e natureza da relação profissional com a empresa licitante, a qual deverá ser comprovada pelas formas descritas no item 7.7.1, acima. Para cada disciplina deverá ser indicado **somente um** profissional habilitado. Entretanto, um mesmo profissional poderá ser indicado para responsabilizar-se simultaneamente por mais de uma disciplina, desde que habilitado para tal.

7.7.8. A indicação de equipe técnica deverá ser assinada pelos profissionais indicados, comprovando ciência do conteúdo do Edital, seguindo o modelo constante do item 2.7.1.1. do Projeto Básico, conforme ANEXO VI deste Edital

7.7.8.1. Também deverá ser apresentada Declaração de Responsabilidade Técnica assinada pelo profissional que responderá tecnicamente pelos serviços a serem contratados, conforme ANEXO V deste Edital.

7.7.9. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

7.8.1. Conforme Acórdão nº 133/2022 – TCU – Plenário, “*para participação em licitação pública, regida pela Lei nº 8.666/1993, o MEI mesmo que esteja dispensado da elaboração do balanço patrimonial, **deverá apresentar**, quando exigido para fins de comprovação de sua boa situação financeira, o referido **balanço e as demonstrações contábeis do último exercício social**, conforme previsto no art. 31, inciso I, da Lei de Licitações*”.

7.9. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.10. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.11.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.12. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.12.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

7.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante estará habilitado para a fase de classificação.

8. DA PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPE nº 2

8.1. Decidida a habilitação das licitantes, serão abertos os envelopes de "Documentos de Proposta Técnica" das habilitadas, cujos documentos serão rubricados, folha por folha, pela Comissão e pelos representantes das licitantes presentes na sessão.

8.2. Dentro do **envelope nº 02** a licitante deverá apresentar a sua Proposta Técnica composta do documento constante do ANEXO VII - Proposta Técnica e dos documentos relativos à técnica, que será avaliada através da atribuição de notas à(s) Certidões de Acervo Técnico (CAT/RAT), emitida(s) pelo CREA/CAU, juntamente com o(s) Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço, devidamente registrado(s) no CREA/CAU, acompanhados das ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), conforme critérios expostos no ANEXO I.a (ITEM 1) OU ANEXO I.b (ITEM 2) - Projeto Básico.

9. DA PROPOSTA DE PREÇO - ENVELOPE nº 3

9.1. **A proposta de preço, apresentada no envelope nº 3**, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:

9.1.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame;

9.1.2. descrição do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos;

9.1.3. preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Proposta de Preço, conforme modelo do ANEXO VIII deste Edital e no Orçamento Sintético, conforme modelo do ANEXO X deste Edital;

9.1.3.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

9.1.3.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

9.1.3.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

9.1.3.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

9.1.4. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo do ANEXO XI deste Edital;

9.1.4.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

9.1.5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo do ANEXO IX deste Edital;

9.1.5.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

9.1.5.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

9.1.5.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

9.1.5.4. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

9.1.5.1. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

9.1.5.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

9.1.5.7. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital;

9.1.5.8. será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3.1. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93

9.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

9.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

9.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente da planilha e haverá glosa, quando do pagamento.

9.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

9.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

9.7.1. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

9.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, será colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

10.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, **a Comissão Especial de Licitação receberá, de uma só vez, os 3 (três) envelopes**, e procederá à abertura da licitação.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª RF
Divisão de Programação e Logística

10.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

10.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido.

10.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

10.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes, e consultado o SICAF, se for o caso.

10.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

10.4.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

10.4.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.4.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.4.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.4.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será declarado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.5. Após a verificação de sanções que impeçam a participação no certame, serão verificadas as condições de participação objeto das declarações complementares.

10.6. Realizadas ambas as verificações, a documentação de habilitação dos licitantes será então verificada, observando-se as demais exigências previstas neste instrumento convocatório.

10.6.1. Também será consultado o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação aos licitantes nele cadastrados e que optaram por comprovar sua habilitação por meio deste sistema, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.6.2. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

10.7. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta Técnica, assim como os Envelopes nº 03 – Proposta de Preço, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

10.8. Ao licitante inabilitado será devolvido os respectivos Envelope nº 02 e Envelope nº 03, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

10.9. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Técnica dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

10.9.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os envelopes nº 02 - Proposta de Técnica e nº 03 – Proposta de Preço serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

10.9.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10.10. As propostas técnica e de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.

10.11. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

10.12. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

10.13. Será considerado inabilitado o licitante que:

10.13.1. Incluir a proposta de preços no envelope nº 1 ou no envelope nº 2.

10.13.2. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do SICAF, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

10.14. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de

certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.14.1. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.15. Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006, a Comissão de Licitação poderá realizar consultas e diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da referida Lei, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, §2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

10.15.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006;

10.15.2. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a não-aplicação, na presente licitação, dos benefícios decorrentes dessa qualificação.

10.16. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS

11.1. O critério de julgamento será o menor preço global por item.

11.1.1. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão Especial de Licitação - CEL e pelos representantes legais das entidades licitantes. A CEL, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das propostas.

11.1.2. A CEL verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.1.3. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.

11.1.4. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

11.1.5. O orçamento de referência para elaboração da proposta de preço das licitantes encontra-se nos Anexos Ia e/ou Ib - Projeto Básico, conforme o ITEM 1 e/ou ITEM 2. Os valores apresentados nessas planilhas são a referência da Administração para a contratação que se pretende. A licitante poderá apresentar custos unitários distintos do orçamento de referência, a partir de sua metodologia própria de orçamentação, contanto que atenda os critérios para

aceitabilidade de preços, conforme o que consta no Art. 13 do Decreto Federal 7.983/2013, transcrito abaixo:

Art. 13. Em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral, deverão ser observadas as seguintes disposições para formação e aceitabilidade dos preços:

I - na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos neste Decreto, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, observado o art. 9º, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência da administração pública obtidos na forma do Capítulo II, assegurado aos órgãos de controle o acesso irrestrito a essas informações; e

II - deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

Parágrafo único. Para o atendimento do art. 11, os critérios de aceitabilidade de preços serão definidos em relação aos preços global e de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, que deverão constar do edital de licitação.

11.2. Isto posto, serão **desclassificadas** as propostas de preço cujo valor global e/ou de cada uma das etapas supere o valor de referência da Administração.

11.3. O objeto será executado pelo valor total da proposta da licitante adjudicatária, que incluirá todas as despesas necessárias à sua perfeita e completa realização, incluindo os custos necessários à realização do objeto. A Receita Federal do Brasil não fornecerá à Contratada, materiais, mão-de-obra etc., para a execução dos serviços propostos, os quais correrão inteiramente sob a responsabilidade e ônus da Contratada.

11.4. O critério de julgamento das propostas técnicas e de preços é reproduzido nos subitens seguintes.

11.5. Com o objetivo de assegurar a oferta mais vantajosa para a Contratante, as propostas serão julgadas nos parâmetros preço e técnica, na proporção de 40% (quarenta por cento) para o preço e 60% (sessenta por cento) para a técnica, atendido aos parâmetros do Artigo 11 da Portaria RFB/SUCOR/COPOL nº 566 de 2011.

11.6. Com base na documentação apresentada, cada proposta receberá uma nota final (NF) decorrente da média ponderada da nota atribuída à proposta de preço (NP) e à proposta técnica (NT), conforme os critérios de classificação e julgamento expostos adiante. Os valores não inteiros serão considerados com apenas duas casas decimais, sem arredondamento, desprezando-se as demais, em todas as etapas do cálculo.

11.6.1. Nota Final (NF)

11.6.1.1. A nota final terá como fatores de ponderação o mínimo estabelecido pelo parágrafo 1º do artigo 11 da Portaria RFB/SUCOR/COPOL nº 566 de 2011, que é 6 (seis) para a Nota Técnica e 4 (quatro) para a Nota de Preço, conforme a fórmula:

$$NF = \frac{(4 \times NP) + (6 \times NT)}{10}$$

onde: NF = Nota Final; NP = Nota de Preço e NT = Nota Técnica

11.6.2. Nota de Preço (NP)

11.6.2.1. A nota de preço será calculada na razão inversa do valor apresentado, proporcional à nota máxima, atribuída à melhor proposta. Isto é, será atribuída a nota máxima 10,00 (dez) à proposta válida com menor preço global e para as demais será aplicada a seguinte fórmula:

$$NP = \frac{MPr \times 10}{Pr}$$

onde: NP = Nota de Preço; MPr = Menor Preço entre as Propostas Válidas; Pr = Preço da Proposta em Análise

11.6.3. Nota Técnica (NT)

11.6.3.1. As propostas técnicas serão avaliadas através da atribuição de notas ao Porte de projetos anteriores (N₁), Experiência Conjunta da Equipe (N₂) e Experiência em BIM (N₃), conforme ponderação da fórmula a seguir:

$$NT = \frac{(4 \times N_1) + (2 \times N_2) + (2 \times N_3)}{6}$$

onde: NT = Nota Técnica; N₁ = Nota ao Porte de Projetos Anteriores; N₂ = Nota de Experiência Conjunta da Equipe; N₃ = Nota de Experiência em BIM

11.6.3.2. Em caso de divergência entre as informações constantes do atestado e da respectiva CAT ou RAT, prevalecerão as informações destas últimas (CAT E RAT).

11.6.3.3 A identificação dos quantitativos de coordenação e projeto (área, TR kVA, nr de pontos) deverá constar explicitamente dos atestados ou da respectiva CAT ou RAT.

11.6.3.4. Os projetos sem a identificação dos quantitativos no atestado ou na CAT, não serão considerados para efeito de cálculo da nota técnica.

a) Nota ao Porte de Projetos Anteriores (N₁) - Este item avaliará a capacitação e experiência dos profissionais que compõem a equipe técnica e desenvolverão as parcelas mais significativas do projeto que se pretende contratar. A nota resultará da média ponderada das notas obtidas por cada profissional avaliado, de acordo com a seguinte fórmula:

$$N_1 = \frac{(2 \times N_C) + (2 \times N_{ARQ}) + N_{EL} + N_{AR}}{8}$$

onde: N₁ = Nota ao Porte de Projetos Anteriores; N_C = Nota ao Porte atribuída ao responsável pela Coordenação dos Projetos; N_{ARQ} = Nota ao Porte atribuída ao responsável pelo Projeto Arquitetônico; N_{EL} = Nota ao Porte atribuída ao responsável pelo Projeto Elétrico; N_{AR} = Nota ao Porte atribuída ao responsável pelo Projeto de Climatização.

a1) Para cada profissional indicado acima será atribuída Nota ao Porte com o seguinte critério: nota máxima 10 (dez) ao profissional que apresentar ao menos 3 (três) atestados, cada qual com o quantitativo mínimo de referência apresentado no quadro a seguir.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª RF
Divisão de Programação e Logística

Disciplina	Quantitativo de referência (QR)
Coordenação de Projetos	400 m ²
Projeto Arquitetônico	400 m ²
Projeto Elétrico	50 KVA
Projeto de Climatização	60 TR

a2) Atestado com menor quantitativo será pontuado de forma inversamente proporcional, conforme fórmula abaixo:

$$N_x = \frac{Q_{AT} \times 10}{Q_R}$$

onde N_x = Nota ao Porte de Projetos Anteriores de cada disciplina que compõe N_1 ; Q_{AT} = Quantitativo do atestado apresentado, quando menor que o quantitativo de referência; Q_R = Quantitativo de referência

a2.1.) Para comprovação da experiência anterior, a proponente deverá apresentar Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço, devidamente registrados no CREA/CAU e acompanhados de Certidão/Registro de Acervo Técnico (CAT/RAT) em nome dos integrantes da Equipe Técnica indicados conforme item 2.7.1.1 do Projeto Básico - ANEXO I.a (ITEM 1) OU ANEXO I.b (ITEM 2). Os atestados deverão fazer referência à responsabilidade técnica em projetos de reforma ou construção de edificações de alvenaria ou mistas, excluindo-se a tipologia de galpão industrial, conforme cada especialidade.

a2.2) Caso algum atestado relativo a projeto de arquitetura refira-se a prédio de ocupação mista, somente será considerada a área efetivamente de uso comercial ou de serviços, excluindo-se a área relativa à ocupação industrial para cálculo da área de parâmetro.

a2.3) Para fins de avaliação dos atestados, considera-se **coordenação de projeto** o trabalho de gerenciar equipe multidisciplinar e suas respectivas atividades técnicas, bem como compatibilizar o projeto arquitetônico e os demais projetos a ele complementares, necessários à construção/intervenção em edificações. Os atestados para comprovação da atividade de coordenação de projeto devem se referir a projetos para construção ou reforma que contemplem simultaneamente os seguintes projetos: arquitetura, instalações elétricas, de dados, e climatização.

b) Experiência conjunta da equipe (N_2) - Este quesito pontuará a experiência conjunta da equipe, definida pelo trabalho conjunto em projeto anterior de, pelo menos, dois membros da equipe técnica indicada. Será atribuída nota máxima 10 (dez) às propostas que apresentarem atestado que comprove o trabalho conjunto 4 (quatro) ou mais profissionais da equipe técnica indicada em um mesmo projeto. Atestados que comprovem a experiência conjunta de menos do que quatro integrantes serão pontuados na razão inversamente proporcional, conforme fórmula abaixo:

$$N_2 = \frac{Y \times 10}{4}$$

onde: N_2 = Nota de Experiência Conjunta da Equipe; Y = Número de Integrantes - menor ou igual a 4 (quatro) - da equipe técnica indicada que comprovadamente atuaram em um mesmo projeto.

b.1) A comprovação se dará pela apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço, devidamente registrados no

CREA/CAU e acompanhados de Certidão/Registro de Acervo Técnico (CAT/RAT) em nome dos profissionais em questão.

c) Experiência em BIM (N₃) - Será atribuída a nota máxima 10 (dez) às propostas técnicas que comprovarem 1.500 (hum mil e quinhentos) metros quadrados ou mais, de áreas projetadas desenvolvidas em BIM, obtida da soma das áreas de construção de edificações dos atestados apresentados. As notas das demais propostas serão calculadas dividindo-se o somatório das áreas projetadas nos atestados apresentados na proposta em análise por 1.500 (hum mil e quinhentos), multiplicado por 10 (dez). No cálculo de todas as notas, serão considerados apenas os 3 (três) atestados de maior área projetada.

$$N_3 = \frac{\Sigma A_{BIM} \times 10}{1.500}$$

onde: N₃ = Nota de Experiência em BIM; ΣA_{BIM} = Somatório das áreas construídas atestadas, projetadas em BIM, referente aos 3 (três) maiores projetos apresentados.

c1) Para obtenção da Nota de Experiência em BIM (N₃), deverão ser apresentados atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço, devidamente registrados no CREA ou CAU, acompanhados de Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Relatório de Acervo Técnico (RAT), relativos à coordenação ou elaboração de projetos, conforme a respectiva área de atuação dos profissionais indicados como integrantes da Equipe Técnica indicada pela Licitante, acompanhados de documentação que comprove o desenvolvimento do projeto em BIM.

11.7. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas.

11.8. A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.9. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.

11.10. Concluídas as fases de valoração e avaliação da propostas técnica e de preço, as licitantes serão classificadas em ordem decrescente, de acordo com a Nota Final (NF) obtida.

11.11. A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. O Artigo 5º, §8º, do referido decreto prevê: *"Nas licitações do tipo técnica e preço, o empate será aferido levando em consideração o resultado da ponderação entre a técnica e o preço na proposta apresentada pelos licitantes, sendo facultada à microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada a possibilidade de apresentar proposta de preço inferior, nos termos do regulamento."*

11.11.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.11.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 1 (uma) hora, caso esteja presente na sessão ou no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da comunicação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência.**

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª RF
Divisão de Programação e Logística

Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório.

11.11.3. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.

11.12. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa e empresa de pequeno porte empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.

11.13. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

11.14. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

11.14.1. produzidos no País;

11.14.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

11.14.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

11.14.4. produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.15. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.

11.16. Será considerada a proposta mais vantajosa para a Administração e, consequentemente, declarada vencedora, aquela que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste Edital e Anexos, apresentar a maior nota final.

11.17. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

11.18. Será desclassificada a proposta que:

11.18.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

11.18.2. conter vício insanável ou ilegalidade;

11.18.3. não apresentar as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico ou anexos;

11.18.4. apresentar, na composição de seus preços:

11.18.4.1. taxa de Encargos Sociais ou taxa de BDI inverossímil;

11.18.4.2. custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

11.18.4.3. quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

11.19. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

11.20. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

11.21. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

11.21.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.21.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes

11.21.3. O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666, de 1993.

11.21.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a ex emplo das enumeradas no subitem 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.21.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

11.22.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

11.21.7. Será facultado ao licitante o **prazo de 24 (vinte e quatro) horas para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta**, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

11.22. Erros formais no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

11.22.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.22.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.23. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.24. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.25. Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.

11.26. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

11.27. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11.28. O resultado do certame será divulgado no Diário Oficial da União – Seção 3 e no sítio oficial da Receita Federal do Brasil.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.

12.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

12.3. O recurso da decisão que habilitar ou inhabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados para a Divisão de Programação e Logística - Dipol, Salic - Seção de Licitações, instalada no endereço Rua Marechal Deodoro, 555 10º Andar, Centro, Curitiba/PR.

12.5. O recurso será dirigido ao Chefe da Divisão de Programação e Logística da SRRF09, por intermédio do Presidente da Comissão Especial de Licitação, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Projeto Básico - ANEXO I.a (ITEM 1) OU ANEXO I.b (ITEM 2).

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato, conforme minuta do ANEXO XII deste Edital.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5(cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3. O prazo de vigência da contratação é estabelecido no Projeto Básico de cada um dos itens que compõem este certame, conforme ANEXO I.a (ITEM 1) OU ANEXO I.b (ITEM 2).

14.3.1. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.3.1.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.3.1.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.4. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preço

14.5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

15.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no estabelecidas no Projeto Básico - ANEXO I.a (ITEM 1) OU ANEXO I.b (ITEM 2)

16. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico – ANEXO I.a (ITEM 1) OU ANEXO I.b (ITEM 2)

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas neste Edital e seus anexos, na proposta apresentada e no Projeto Básico – ANEXO I.a (ITEM 1) OU ANEXO I.b (ITEM 2)

18. DO PAGAMENTO

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Projeto Básico - ANEXO I.a (ITEM 1) OU ANEXO I.b (ITEM 2)

18.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS AO CERTAME

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, o licitante/adjudicatário que:

- 19.1.1. não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 19.1.2. apresentar documentação falsa;
- 19.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.5. não manter a proposta;
- 19.1.6. cometer fraude fiscal;
- 19.1.7. comportar-se de modo inidôneo.

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 19.3.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 19.3.2. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 19.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª RF
Divisão de Programação e Logística

19.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.

19.3.4.2. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, deverá observar a seguinte dosimetria:

Conduta Praticada pela Licitante	Dosimetria Aplicável
Não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	4 meses
Apresentar documentação falsa	24 meses
Deixar de entregar documentos exigidos no certame	2 meses
Ensejar o retardamento da execução do objeto	4 meses
Não manter a proposta	4 meses
Cometer fraude fiscal	24 meses
Comportar-se de modo inidôneo	24 meses

19.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.5. Durante o processo de apuração das supostas irregularidades deverão ser consideradas as seguintes definições:

19.5.1. **Retardamento da execução do objeto**: qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato, quando for o caso;

19.5.2. **Não manter a proposta**: deixar de enviá-la, bem como a recusa de seu envio com o detalhamento exigido ou, ainda, o pedido pela licitante pela desclassificação e sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentado na demonstração de vício ou falha na sua elaboração que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

19.5.3. **Comportamento inidôneo**: a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinadas a prejudicar a veracidade de seu teor original, declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com

despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Projeto Básico.

20. DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS

20.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

20.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

20.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

20.4. A impugnação deverá ser **preferencialmente** realizada por forma eletrônica, pelo e-mail salic.pr@rfb.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Marechal Deodoro, 555, 10º Andar, Centro, Curitiba/PR, SALIC - Seção de Licitações – Comissão Especial de Licitações – TP 01/2022.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público

decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

21.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

21.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.8. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

21.9. Os licitantes, quando solicitados, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

21.10. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.11. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

21.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

Ministério da Economia
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª RF
Divisão de Programação e Logística

21.15. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

21.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço SALIC/DIPOL/SRRF09 – Rua Marechal Deodoro nº 555- 10º andar – Centro – CEP 80020-911 - Curitiba/PR, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados e onde serão recebidos os documentos de habilitação dos licitantes não credenciados no SICAF, para efeito de cadastramento por esta Administração (art. 22, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993).

21.17. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de Curitiba/PR - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

21.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos *:

- 21.18.1. ANEXO I.a – Projeto Básico ITEM 1 – Casarão Malburg – ALF/ITJ e seus Apêndices
- 21.18.2. ANEXO I.b – Projeto Básico ITEM 2 – Edifício Histórico – ALF/PGA e seus Apêndices
- 21.18.3. ANEXO II – MODELO - Carta de Credenciamento do Representante
- 21.18.4. ANEXO III.a – MODELO - Atestado de Vistoria ao Local
- 21.18.5. ANEXO III.b – MODELO - Declaração de Conhecimento das Condições Locais
- 21.18.6. ANEXO IV – MODELO - Declarações Exigíveis para o Certame
- 21.18.7. ANEXO V – MODELO - Declaração de Responsabilidade Técnica
- 21.18.8. ANEXO VI – MODELO - Indicação dos Integrantes da Equipe Técnica
- 21.18.9. ANEXO VII – MODELO - Proposta Técnica
- 21.18.10. ANEXO VIII – MODELO - Proposta de Preço
- 21.18.11. ANEXO IX – MODELO - Composição do BDI
- 21.18.12. ANEXO X – MODELO - Orçamento Sintético
- 21.18.13. ANEXO XI – MODELO - Cronograma Físico-Financeiro
- 21.18.14. ANEXO XII – MINUTA - Termo de Contrato

* - os arquivos digitais estão disponíveis no endereço: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-br/2019/unidades-federativas-uf/pr/srrf09/2022/tomada-de-precos-srrf09-no-01-2022>

Assinado e datado digitalmente.

Chefia da DIPOL09